

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	50
-------------------------------------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
----------------------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	52
-------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.512.487	3.525.667
1.01	Ativo Circulante	303.132	378.919
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	235.419	317.994
1.01.03	Contas a Receber	47.570	43.387
1.01.03.01	Clientes	47.570	43.387
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.533	12.456
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.533	12.456
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.388	4.568
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.222	514
1.02	Ativo Não Circulante	3.209.355	3.146.748
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	192.688	198.320
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	12.224	16.074
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	12.224	16.074
1.02.01.04	Contas a Receber	1.776	910
1.02.01.07	Tributos Diferidos	127.667	141.201
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	121	1.013
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	50.900	39.122
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	50.900	39.122
1.02.03	Imobilizado	3.428	5.682
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.428	5.682
1.02.04	Intangível	3.013.239	2.942.746
1.02.04.01	Intangíveis	3.013.239	2.942.746
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.046.774	1.045.515
1.02.04.01.02	Intangível - Infraestrutura	1.916.048	1.732.962
1.02.04.01.03	Ativo de Contrato	50.417	164.269

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.512.487	3.525.667
2.01	Passivo Circulante	512.304	391.484
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.500	9.058
2.01.01.01	Obrigações Sociais	-121	-98
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.621	9.156
2.01.02	Fornecedores	163.475	112.268
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	163.475	112.268
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.887	8.278
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.049	3.448
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.838	4.830
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	312.188	248.763
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	90.581	93.383
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	90.581	93.383
2.01.04.02	Debêntures	221.607	155.380
2.01.05	Outras Obrigações	16.254	13.117
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	4.309
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	4.309
2.01.05.02	Outros	16.254	8.808
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da Concessão	946	4.154
2.01.05.02.05	Outros passivos	5.404	4.654
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil Operacional	9.904	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.121.812	2.289.658
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.936.840	1.685.769
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	179.090	249.574
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	179.090	249.574
2.02.01.02	Debêntures	1.757.750	1.436.195
2.02.02	Outras Obrigações	142.856	566.487
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	399.334
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	399.334
2.02.02.02	Outros	142.856	167.153
2.02.02.02.03	Fornecedores	68.626	107.146
2.02.02.02.04	Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	60.000
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil Operacional	13.903	0
2.02.02.02.06	Outros Passivos	327	7
2.02.04	Provisões	42.116	37.402
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.702	6.073
2.02.04.02	Outras Provisões	34.414	31.329
2.02.04.02.04	Provisão de Conserva Especial	34.414	31.329
2.03	Patrimônio Líquido	878.371	844.525
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	125.584	91.738

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.213	654.344	203.315	592.691
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-149.893	-377.252	-112.625	-346.189
3.03	Resultado Bruto	101.320	277.092	90.690	246.502
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.680	-15.783	-5.628	-20.885
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.960	-20.366	-5.767	-21.010
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	280	4.583	139	125
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	95.640	261.309	85.062	225.617
3.06	Resultado Financeiro	-57.297	-209.759	-77.216	-212.752
3.06.01	Receitas Financeiras	6.351	19.897	6.749	21.479
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.648	-229.656	-83.965	-234.231
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.343	51.550	7.846	12.865
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.953	-17.542	-2.799	-4.230
3.08.01	Corrente	-3.924	-3.924	568	-1.074
3.08.02	Diferido	-9.029	-13.618	-3.367	-3.156
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.390	34.008	5.047	8.635
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.390	34.008	5.047	8.635
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02280	0,03054	0,00453	0,00775
3.99.01.02	PN	0,02280	0,03054	0,00453	0,00775

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	25.390	34.008	5.047	8.635
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.390	34.008	5.047	8.635

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	183.086	233.864
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	404.323	402.937
6.01.01.01	Lucro do Exercício antes do IR e CSLL	51.550	12.865
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	128.765	126.777
6.01.01.03	Provisão de Conserva Especial	22.447	26.094
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	206.539	238.799
6.01.01.05	Margem de Construção - ICPC01	-1.695	-1.315
6.01.01.06	Perda na Baixa de Imobilizado e Intangível	553	209
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.629	4.578
6.01.01.08	Receita Diferida	-5.465	-5.070
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.905	34.308
6.01.02.01	Contas a Receber	-5.491	-1.396
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	384	8.167
6.01.02.03	Partes Relacionadas	442	29
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	1.395	3.664
6.01.02.05	Outros Ativos	-9.480	-31.198
6.01.02.06	Fornecedores	584	18.064
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	442	676
6.01.02.08	Tributos a Pagar	-558	-8.967
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	117	-492
6.01.02.12	Outros Passivos	-16.740	45.761
6.01.03	Outros	-192.332	-203.381
6.01.03.01	Juros Pagos de Empréstimos, Debêntures e Mútuo	-167.956	-174.528
6.01.03.02	Correção Monetária pagas de Empréstimos e Debêntures	-23.671	-26.219
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-705	-2.634
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-147.828	-178.640
6.02.01	Aplicações Financeiras	7.479	-598
6.02.02	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado	-160	-1.083
6.02.03	Adições ao Intangível	-155.147	-176.959
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-117.833	-116.694
6.03.01	Pagamento de Principal de Empréstimos e Debêntures	-109.539	0
6.03.03	Pagamento de Arrendamento Operacional	-5.971	0
6.03.04	Pagamento de custos de transação	-2.323	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-82.575	-61.470
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	317.994	338.844
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	235.419	277.374

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	91.738	0	0	844.525
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-162	0	0	-162
5.02.01	Ajuste IFRS 16	0	0	-162	0	0	-162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	91.576	0	0	844.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	34.008	0	0	34.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	34.008	0	0	34.008
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	125.584	0	0	878.371

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	8.635	0	0	8.635
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	8.635	0	0	8.635
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	86.455	0	0	839.242

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	699.458	636.316
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-236.688	-207.930
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-236.688	-207.930
7.03	Valor Adicionado Bruto	462.770	428.386
7.04	Retenções	-128.765	-126.777
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-128.765	-126.777
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	334.005	301.609
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.480	21.607
7.06.02	Receitas Financeiras	19.897	21.479
7.06.03	Outros	4.583	128
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	358.485	323.216
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	358.485	323.216
7.08.01	Pessoal	26.495	26.051
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.481	20.650
7.08.01.02	Benefícios	3.667	4.113
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.347	1.288
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	68.274	53.350
7.08.02.01	Federais	41.708	28.008
7.08.02.02	Estaduais	123	160
7.08.02.03	Municipais	26.443	25.182
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	229.708	235.180
7.08.03.01	Juros	228.604	233.076
7.08.03.02	Aluguéis	657	1.995
7.08.03.03	Outras	447	109
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.008	8.635
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.008	8.635

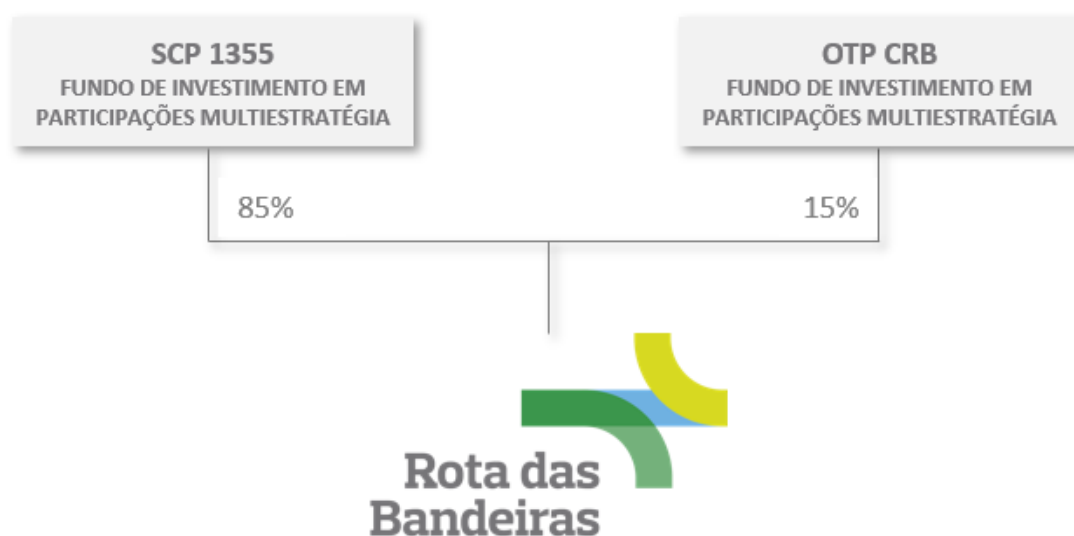
Comentário do Desempenho

Itatiba, 30 de outubro de 2019 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Condensadas (ITR), relativos ao exercício findo em 30 de setembro de 2019, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pelo *SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia* e pelo *OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia*, conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Comentário do Desempenho

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,2 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No terceiro trimestre de 2019, o aeroporto de Viracopos transportou 52,0 mil toneladas de cargas e movimentou 2,8 milhões de passageiros.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos

Comentário do Desempenho

de veículos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 224 atendimentos por dia no terceiro trimestre de 2019.

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

No curto prazo, a economia brasileira cresce a um ritmo moderado. Avanços em marcos regulatórios, medidas de estímulo à concorrência, abertura e integração comercial, maior transparência e segurança jurídica, iniciativas voltadas a impulsionar investimentos em infraestrutura e comprometimento do governo com a consolidação fiscal são alguns dos elementos que compõem uma agenda importante, de modo a promover crescimento mais forte e sustentado no longo prazo.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação de 0,04% em setembro, após altas dos dois meses anteriores. O resultado foi puxado para baixo pelos grupos *Alimentação e bebidas* e *Artigos de residência*, minimizado com o aumento do grupo *Saúde e cuidados pessoais*. O primeiro recuou 0,43%, podendo ser explicado pela dinâmica de curto prazo dos preços de alimentos.

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada aos veículos pesados. No terceiro trimestre de 2019 continua valendo a suspensão do pagamento de eixo suspenso que foi decretada a partir do dia 31 de maio de 2018. Com isso, o tráfego de veículos pesados em VEQ do terceiro trimestre de 2019 (Veículos Equivalentes) ficou 3,6% acima se comparado a 2018, já o tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultando em um total de 3,0%.

A margem EBITDA Ajustado² apresentou aumento de 1,5 p.p. quando comparado a 2018 (de 83,7% para 85,2%).

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,71x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. Este resultado demonstra a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações mesmo com a suspensão da cobrança do eixo suspenso.

¹ Fonte: Santander – agosto/2019.

² EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA" abaixo.

Comentário do Desempenho

3. Destaques

- ➔ **Receita Bruta de Pedágio:** Crescimento de 7,7% no terceiro trimestre de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior;
- ➔ **EBITDA Ajustado:** Aumento de 9,6% em 3T19 vs 3T18, apresentando um valor de R\$ 146.365.

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao 3T19 e ao 3T18.

Tráfego

Tráfego	milhares					
Categoria	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Pesado	13.353	12.887	3,6%	38.274	37.681	1,6%
%Veic. Eq. Totais	59,1%	58,8%	0,4 p.p.	58,1%	58,8%	-0,7 p.p.
Leve	9.229	9.045	2,0%	27.630	26.442	4,5%
%Veic. Eq. Totais	40,9%	41,2%	-0,4 p.p.	41,9%	41,2%	0,7 p.p.
Total Veq.¹	22.583	21.932	3,0%	65.904	64.123	2,8%
Tarifa média ²	8,10	7,74	4,6%	7,86	7,60	3,4%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

No terceiro trimestre de 2019, o tráfego pedagiado alcançou um total de 22.583 mil em VEQ, apresentando variação de 3,0% ante ao mesmo período do ano anterior.

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Receita bruta de serviços	267.100	218.359	22,3%	699.458	636.316	9,9%
Receitas de pedágio	182.843	169.849	7,7%	518.121	487.587	6,3%
% Receita Totais	72,8%	83,5%	-10,8 p.p.	79,2%	82,3%	-3,1 p.p.
Receitas acessórias e outras	4.780	4.792	-0,3%	11.876	17.169	-30,8%
% Receita Totais	1,9%	2,4%	-0,5 p.p.	1,8%	2,9%	-1,1 p.p.
Receita de construção	79.477	43.718	81,8%	169.461	131.560	28,8%
% Receita Totais	31,6%	21,5%	10,1 p.p.	25,9%	22,2%	3,7 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 15.887	- 15.044	5,6%	- 45.114	- 43.625	3,4%
% Receita Totais	-6,3%	-7,4%	1,1 p.p.	-6,9%	-7,4%	0,5 p.p.
Receita Líquida de serviços	251.213	203.315	23,6%	654.344	592.691	10,4%

Comentário do Desempenho

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R\$ 267.100 mil, apresentando um aumento de 22,3% no 3T19 em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado principalmente pelo aumento da Receita de Construção.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 182.843 mil no 3T19, o que representou um aumento de 7,7% se comparadas ao mesmo período do ano anterior.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 4.780 mil no 3T19, apresentando uma variação de -0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados do 3T19:

Descrição	Em milhares de reais					
	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Custos	(149.893)	(112.625)	33,1%	(377.252)	(346.189)	9,0%
Custos dos Serviços Prestados	(19.141)	(20.399)	-6,2%	(58.389)	(63.186)	-7,6%
Provisão de Conserva Especial	(6.935)	(6.906)	0,4%	(22.447)	(26.093)	-14,0%
Custos de Construção	(78.682)	(43.282)	81,8%	(167.767)	(130.245)	28,8%
Depreciação/Amortização	(45.135)	(42.038)	7,4%	(128.649)	(126.665)	1,6%
Despesas	(5.960)	(5.767)	3,3%	(20.366)	(21.010)	-3,1%
Despesas gerais e administrativas	(6.270)	(5.627)	11,4%	(18.740)	(16.432)	14,0%
Provisão de Contingências	310	(140)	-321,4%	(1.627)	(4.578)	-64,5%
Total	(155.853)	(118.392)	31,6%	(397.618)	(367.199)	8,3%

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 19.141 mil no 3T19. A variação de custos apresentou uma redução de 6,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

As **Despesas gerais e administrativas** no 3T19 resultaram em R\$ 6.270 mil, 11,4% acima que o mesmo período do ano anterior.

A **Provisão de Conserva Especial** do 3T19 fechou em R\$ 6.935 mil, em linha com o mesmo período do ano anterior.

A **Provisão de Contingências** do 3T19 resultou em R\$ 310 mil, referente aos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA Ajustado do 3T19 foi de R\$ 146.365 mil, registrando crescimento de 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Composição do EBITDA				Em milhares de reais		
Descrição	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Resultado do exercício	25.390	5.047	403,1%	34.008	8.635	293,8%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	57.297	77.216	-25,8%	209.759	212.752	-1,4%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.953	2.799	362,8%	17.542	4.230	314,7%
EBIT	95.640	85.062	12,4%	261.309	225.617	15,8%
Margem EBIT (%)	38,1%	41,8%	-3,8 p.p.	39,9%	38,1%	1,9 p.p.
Depreciação e amortização	45.175	42.072	7,4%	128.765	126.777	1,6%
EBITDA	140.815	127.134	10,8%	390.074	352.395	10,7%
Margem EBITDA (%)	56,1%	62,5%	-6,5 p.p.	59,6%	59,5%	0,2 p.p.
Margem de Construção ¹	- 795	- 437	81,9%	- 1.695	- 1.315	28,9%
Provisão Conserva Especial ²	6.935	6.906	0,4%	22.447	26.094	-14,0%
Provisão para Contingência	- 310	140	-321,4%	1.629	4.578	-64,4%
Outras receitas (despesas), líquidas	- 280	- 139	101,4%	- 4.583	- 125	3559,3%
EBITDA Ajustado	146.365	133.604	9,6%	407.873	381.626	6,9%
Margem EBITDA Ajustado (%)	85,2%	83,7%	1,5 p.p.	84,1%	82,8%	1,4 p.p.

¹ Margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro

				Em milhares de reais		
Descrição	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Receitas Financeiras	6.351	6.749	-5,9%	19.899	21.481	-7,4%
Despesas Financeiras	(63.648)	(83.965)	-24,2%	(229.658)	(234.233)	-2,0%
Resultado Financeiro Líquido	(57.297)	(77.216)	-25,8%	(209.759)	(212.752)	-1,4%

No terceiro trimestre de 2019, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 57.297 mil (-25,8% ante a 3T18). Esta variação ocorre principalmente em função da oscilação do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 6.351 mil no 3T19 (redução de 5,9% sobre o mesmo trimestre do anterior).

Comentário do Desempenho

Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Var. %
Dívida Bruta	2.249.028	1.934.532	16,3%
Empréstimos e Debêntures	2.249.028	1.934.532	16,3%
Caixa e Aplicação Financeira	(247.643)	(334.068)	-25,9%
Dívida Líquida	2.001.385	1.600.464	25,1%

Em 20 de setembro de 2013 foi firmado, entre Concessionária (“Companhia”) e a então controladora Odebrecht Transport S.A. (“OTP”), o “Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças” (“contrato de mútuo”). As Debêntures ODTR11 foram emitidas pela OTP em 15 de outubro de 2013, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht TransPort S.A.” (“Debêntures ODTR11”), e foram objeto de oferta pública, com esforços restritos, conforme Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, firmado em 29 de janeiro de 2019, foi realizada a cessão pela OTP de todos os direitos e obrigações assumidos no âmbito da primeira emissão de debêntures da OTP, código ODTR11, para a Companhia.

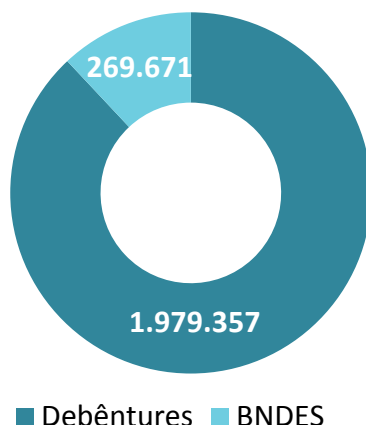
O saldo da Dívida Líquida da Companhia aumentou em 25,1% se comparado ao período de 31 de dezembro de 2018, em decorrência da assunção integral de tais direitos e obrigações, em 27 de maio de 2019, conforme o Terceiro Aditamento da escritura de emissão das Debêntures ODTR11. Em contrapartida, a dívida que era oriunda do contrato de mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitada.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 30 de setembro de 2019:

Composição da Dívida		Em milhares de reais		
Descrição	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Var. %	
Debêntures	1.979.357	1.591.575	88,0%	
BNDES	269.671	342.957	12,0%	
Total	2.249.028	1.934.532	100,0%	

Nota: Os valores decorrentes do contrato de mútuo não estão inclusos nos saldos da dívida com Debêntures em 31 de dezembro de 2018

Comentário do Desempenho



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no 3T19 foram de R\$ 82.487 mil, atingindo o montante de R\$ 2,5 bilhões já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 3T19 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065) em Campinas com início do trecho entre os km 143,5 e km 145 e OAE no km 145;
- ✓ Continuidade nos serviços dos Alargamentos de OAE entre os km 132+040 e 133+703 da SP-065;
- ✓ Continuidade do Trevo do Galleria e Trevo Carrefour na SP-065;
- ✓ Início da implantação da OAE do Trevo dos Amarais na SP-065;
- ✓ Início das Marginais Secundárias do km 62+500 e km 63+000 na SP-065.
- ✓ Retomada da Duplicação da SPA067/360;
- ✓ Início da execução da Duplicação da SPA122/065;
- ✓ Continuidade da implantação do Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- ✓ Continuidade da última etapa da canalização do Córrego Invernada na SP-083;
- ✓ Conclusão do Viaduto km 2 na Rodovia Romildo Prado (SP-063);
- ✓ Continuidade nos serviços do Trevo Arataba, km 7+400 da SP-063;
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Comentário do Desempenho

Resultado líquido

A Companhia registrou em 30 de setembro de 2019 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 34.008 mil.

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram realizados aproximadamente 20,4 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 57,0% de serviços de inspeção;
- 20,3% de serviços de guincho;
- 16,5% de serviços mecânicos;
- 3,4% de serviços pré-hospitalares;
- 2,8% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia contava com 650 integrantes em seu quadro.

Projeto Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI") e Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia contava com 23 aprendizes em seu efetivo.

Comentário do Desempenho

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia contava em seu quadro com 10 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

Comentário do Desempenho

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Comentário do Desempenho

Conduta e Código de Ética

Em continuidade ao processo de instituição e reforço do Sistema de Conformidade da Companhia, iniciado em 11 de junho de 2014, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2017 a nova Política sobre Conformidade, com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, e divulgada internamente pelo Diretor Presidente da Companhia em 22 de maio de 2017.

A Política de Conformidade prevê a realização de programas de capacitação dos Integrantes da Companhia sobre os temas da Política. Quando da admissão de novos Integrantes, é realizado com cada novo Integrante o programa de capacitação a respeito da Política de Conformidade da Companhia. Além disso, anualmente são promovidos treinamentos com todos os Integrantes da Companhia sobre a Política de Conformidade e as demais políticas internas da Companhia.

A Política de Conformidade se aplica a todos os Integrantes e pode ser consultada por eles através de comunicados internos, bem como através do portal interno de comunicação da Companhia. A terceiros, a Política é aplicada por meio da atuação dos Líderes, que são responsáveis pela contratação e pelo cadastro destes. Tais Líderes devem implantar e formalizar um processo de avaliação e diligência dos terceiros de acordo com os princípios da Política de Conformidade.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por um canal de comunicação confidencial, administrado por uma empresa independente, a ICTS Outsourcing, por meio do qual são recebidos, tanto pelo 0800, quanto pelo *website*, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são comunicados periodicamente ao Comitê de Ética. O canal de denúncia da Companhia possui mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

Comentário do Desempenho

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 73 mil alunos desde o início de suas atividades.

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os

Comentário do Desempenho

riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos Integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de

Comentário do Desempenho

corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim desde abril de 2009, mais de 257 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Comentário do Desempenho

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 91 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 35 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo os resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

Comentário do Desempenho

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Auditores Independentes

Em atendimento às determinações da Instrução CVM 381/2003, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes, atender as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intencionalidade, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Itatiba, 30 de outubro de 2019.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Companhia era parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 27 de maio de 2019, a controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento constituído no Brasil, que é gerido pela Farallon Capital Management LLC e Mubadala Investment Company.

A transação foi devidamente aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), por meio do processo ARTESP 032.423/2019, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 18 de maio de 2019 e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), no dia 28 de fevereiro de 2019 e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores. Em 27 de maio de 2019, as assembleias gerais das sociedades envolvidas aprovaram todas as etapas da reorganização societária. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, em 27 de maio de 2019, foi concluído o processo de reorganização societária envolvendo a companhia e as sociedades controladoras.

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar uma oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Notas Explicativas

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Concessionária possui seis Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: (1ª) firmado em dezembro de 2009, altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; (2ª) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; (3ª) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local aonde os pórticos foram instalados, também garante o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; (4ª) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; (5ª) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de Concessão; (6ª) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do Contrato de Concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 209.172 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 12.565), impactado pela assunção das Debêntures ODTR11 e pela negociação junto aos seus fornecedores de ampliação dos prazos de pagamentos.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto quanto ao IFRS 16/CPC 06(R2) e IFRIC 23/ICPC 22.

O IFRS 16/CPC 06(R2) – Operações de arrendamento mercantil, adotado pela Companhia, não resultou em impactos significativos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2019, sendo que as demais normas permaneceram válidas para essas Informações Trimestrais. Dessa maneira, essas informações trimestrais incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa nº 2 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

A IFRIC 23/ICPC 22 entrou em vigor para os exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 – Tributos sobre o lucro. A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 25 de outubro de 2019.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- **IFRS 16/CPC 06 (R2):** estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos, máquinas, equipamentos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, estão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo IFRS16/CPC 06 (R2), conforme notas explicativas nº 13 e nº 16.

- **IFRIC 23/ICPC 22:** esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro.

A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação.

A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não identificou impactos significativos na adoção desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Notas Explicativas

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2018, exceto em relação à aplicação do IFRS 16/CPC 06(R2) e IFRIC 23/ICPC 22.

2.3. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o período findo em 30 de setembro de 2019, a Administração da Companhia realizou operações a luz do IFRS 15/CPC 47 e ICPC 01(R1) item 19 e concluiu que o saldo de obras em andamento do contrato de concessão rodoviária firmado com a ARTESP, deve ser reclassificado e apresentado como ativo de contrato, uma vez que o direito de exploração deste ativo está condicionada ao cumprimento de obrigações contratuais de desempenho, conforme cronograma de implantação da infraestrutura.

Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

	Impactos		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Intangível	2.942.746	(164.269)	2.778.477
Ativo de contrato	-	164.269	164.269
	2.942.746	-	2.942.746

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Notas Explicativas

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 30 de setembro de 2019				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	184.545	58.545	-	-
BNDES (i)	102.948	95.333	111.870	6.546
Debêntures (i) (*)	311.407	390.618	1.661.964	593.731
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	102.920	94.099	-	-
BNDES (i)	89.373	91.383	158.417	15.083
Debêntures (i) (*)	204.387	284.200	1.354.273	588.251
Mútuos - partes relacionadas (i) (*)	28.150	29.133	94.173	594.277

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.
- (*) Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da 1ª emissão das Debêntures simples, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11 "Sucessora legal". Em contrapartida pela assunção das obrigações das Debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A. ("OTP") e a Companhia.

c) Exposição aos riscos de taxas de juros e ao índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Notas Explicativas

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros às estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo:

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,1%	4,7%	6,1%	6,3%	6,8%	7,3%	7,3%
IPCA (*)	3,3%	3,5%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander – 27/09/2019.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	6,34%	7,92%	9,51%
IPCA (*)	3,66%	4,57%	5,49%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2019 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Barbados	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Financiamento BNDES	abr/25	Alta na TJLP	25.455	31.816	38.182

Notas Explicativas

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.769.469	2.211.836	2.654.203
Financiamento BNDES	mai/22	Alta no IPCA	45.222	56.527	67.833

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada *versus* as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de setembro de 2019.

d) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

f) Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumarizados:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Total dos financiamentos e debêntures (Nota 15)	2.249.028	1.934.532
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(235.419)	(317.994)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(12.224)	(16.074)
Dívida líquida	2.001.385	1.600.464
Total do patrimônio líquido	878.371	844.525
Total do capital próprio e de terceiros	2.879.756	2.444.989
Índice de alavancagem financeira - %	69%	65%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas Informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	-	235.419	317.994
Aplicações financeiras (Nota 7)	12.224	16.074	-	-
Contas a receber (Nota 8)	-	-	47.567	42.942
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 17)	-	-	3	445
	12.224	16.074	282.989	361.381
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Financiamento e debêntures (Nota 15)	-	-	2.249.028	1.934.532
Arrendamento mercantil operacional (Nota 16)	-	-	23.807	-
Fornecedores (Nota 14)	-	-	231.825	219.255
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 17)	-	-	276	159
Mútuos - partes relacionadas (Nota 17)	-	-	-	403.643
Outros passivos	-	-	971	5.381
	-	-	2.505.907	2.562.970

Notas Explicativas

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	46.928	42.498
Receitas acessórias	639	444
Total de contas a receber	47.567	42.942
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	228.768	311.889
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	228.768	311.889
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	4.848	2.390
Numerários em trânsito	1.233	3.093
Fundo de troco	565	617
	6.651	6.105
	235.419	317.994

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	1.233	3.093
Fundo de troco	565	617
Bancos conta movimento	4.848	2.390
Aplicações Financeiras (ii)	228.768	311.889
	235.419	317.994

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 98% e 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 12.224 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 16.074), referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB (“FIDC” ou “Fundo”) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na nota 17. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. A Companhia tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios dos fornecedores da Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de empresa de corretagem especializada.

Notas Explicativas

8. Contas a receber

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI") (i)	43.361	39.632
Vale pedágio (i)	5.343	3.776
Receitas acessórias	639	444
	49.343	43.852
Ativo circulante	47.567	42.942
Ativo não circulante	1.776	910

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de setembro de 2019, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	171.282	173.023
Amortização da outorga	-	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	63.696	78.395
Provisão para contingências	2.581	2.027
Provisão para conserva especial	11.701	10.652
Participação nos Lucros e Resultados	1.262	-
	250.522	265.437
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	51.211	48.548
Margem de construção	6.976	6.697
Encargos financeiros	8.506	10.341
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	56.487	58.650
Arrendamento	(325)	-
	122.855	124.236

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	250.522	265.437
Tributos diferidos passivos	(122.855)	(124.236)
	127.667	141.201

A variação líquida em 30 de setembro de 2019, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2018, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 13.534 no saldo.

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht Transport Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Notas Explicativas

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Compensação
			Total
2019	3.298	4.900	8.198
2020	5.568	19.599	25.167
2021	15.348	19.599	34.947
2022	30.500	19.598	50.098
2023	50.611	-	50.611
2024 em diante	65.957	-	65.957
	171.282	63.696	234.978

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	247	1.179	37.696	39.122
Adições	287	234	10.188	10.709
Baixas	(111)	(4)	-	(115)
Atualização monetária	17	33	1.134	1.184
Saldo em 30 de setembro de 2019	440	1.442	49.018	50.900

- (i) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista OTPP, ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369, como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Companhia mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSSL corrente.

11. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do IFRIC 12/ICPC 01(R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

	31 de dezembro de 2018		30 de setembro de 2019	
	Custo	Adições	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	18.280	1.368	(18.576)	1.072
Hardware equipamentos de pedágio	760	2.795	(388)	3.167
Demais melhorias e ampliações	113.223	32.983	(103.162)	43.044
Desapropriações	1.266	586	(1.852)	-
Meio ambiente e elementos de segurança	30.740	2.884	(30.860)	2.764
Adiantamentos	-	370	-	370
	164.269	40.986	(154.838)	50.417

- (i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para ativo intangível.

Notas Explicativas

As adições do período findo em 30 de setembro de 2019 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R1).

12. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	30 de setembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	1.117	(619)	498	528
Móveis e utensílios	5	830	(639)	191	253
Veículos	20	6.841	(4.114)	2.727	3.898
Imobilização em andamento	-	12	-	12	1.003
		8.800	(5.372)	3.428	5.682

b) Movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilização em andamento	Total
Custo	3.739	829	8.299	1.003	13.870
Depreciação acumulada	(3.211)	(576)	(4.401)	-	(8.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	528	253	3.898	1.003	5.682
Adições	59	-	89	12	160
Baixas, líquidas de depreciação	(3)	-	-	-	(3)
Transferência	-	-	-	(1.003)	(1.003)
Depreciação	(86)	(62)	(1.260)	-	(1.408)
Saldo contábil	498	191	2.727	12	3.428
Custo	1.117	830	6.841	12	8.800
Depreciação acumulada	(619)	(639)	(4.114)	-	(5.372)
Saldo em 30 de setembro de 2019	498	191	2.727	12	3.428

13. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização Acumulada	30 de setembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
			Líquido	Líquido		
Intangível em infraestrutura (i)						
Edifícios e instalações	506.506	(72.653)	433.853	413.088		
Pavimentações e conservação especial	585.705	(245.813)	339.892	407.285		
Hardware equipamentos de pedágio	80.093	(18.642)	61.451	62.764		
Demais melhorias e ampliações	740.786	(64.913)	675.873	510.997		
Desapropriações	239.362	(22.905)	216.457	187.400		
Máquinas e equipamentos	3.467	(943)	2.524	2.589		
Móveis e utensílios	2.015	(496)	1.519	1.553		
Veículos	2.271	(533)	1.738	639		
Meio ambiente e elementos de segurança	205.881	(23.140)	182.741	146.647		
	2.366.086	(450.038)	1.916.048	1.732.962		
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(314.316)	1.022.922	1.044.696		
Direito de uso (iii)	30.032	(6.914)	23.118	-		
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	2.182	(1.448)	734	819		
	1.369.452	(322.678)	1.046.774	1.045.515		
	3.735.538	(772.716)	2.962.822	2.778.477		

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

Notas Explicativas

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas de crescimento macroeconômica.

As adições do período findo em 30 de setembro de 2019 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da Outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pela norma IFRS 16 / CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais.

(iv) Softwares adquiridos de terceiros

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (I)	Total
Custo	2.083.621	1.337.238	2.182	-	3.423.041
Amortização acumulada	(350.659)	(292.542)	(1.363)	-	(644.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.732.962	1.044.696	819	-	2.778.477
Reconhecimento inicial de direito de uso	-	-	-	4.583	4.583
Reconhecimento inicial da amortização de direito de uso	-	-	-	(1.463)	(1.463)
Adições	128.845	-	-	25.449	154.294
Transferências de obras (*)	154.838	-	-	-	154.838
Baixas, líquidas de depreciação	(550)	-	-	-	(550)
Amortização	(100.047)	(21.774)	(85)	(5.451)	(127.357)
Saldo contábil	1.916.048	1.022.922	734	23.118	2.962.822
Custo	2.366.086	1.337.238	2.182	30.032	3.735.538
Amortização acumulada	(450.038)	(314.316)	(1.448)	(6.914)	(772.716)
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.916.048	1.022.922	734	23.118	2.962.822

(*) Obras em andamento transferidas do ativo de contrato para o ativo intangível.

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial do custo	776	1.966	1.841	4.583
Reconhecimento inicial da amortização	(157)	(950)	(356)	(1.463)
Adições	24	25.425	-	25.449
Amortização	(97)	(4.820)	(534)	(5.451)
Saldo em 30 de setembro de 2019	546	21.621	951	23.118

Notas Explicativas

14. Fornecedores

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores nacionais	231.825	219.255
	231.825	219.255
Passivo circulante	163.199	112.109
Passivo não circulante	68.626	107.146

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"). Em 30 de setembro de 2019, o saldo equivalente a estes contratos é de R\$ 206.750.

15. Financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Financiamentos BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	270.124	343.626
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57% / IPCA + 6,70%	2.003.924	1.612.189
Custos a amortizar (c)	R\$		(25.020)	(21.283)
			2.249.028	1.934.532
(-) Passivo circulante				
Financiamentos BNDES			(90.581)	(93.383)
Debêntures			(221.607)	(155.380)
(-) Passivo circulante			(312.188)	(248.763)
Passivo não circulante				
Financiamentos BNDES			179.090	249.574
Debêntures			1.757.750	1.436.195
Passivo não circulante			1.936.840	1.685.769
			(2.249.028)	(1.934.532)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu no acumulado de liberações pelo BNDES no montante de R\$ 654.938, sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 96.661, sendo R\$ 73.789 de principal e R\$ 22.873 de juros e correções monetárias.

Notas Explicativas

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. Abaixo a composição dos vencimentos finais:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
abr/21	TJLP + 2,32%	35.110	51.586
mai/22	IPCA + 8,11%	81.763	108.136
mai/22	IPCA + 9,60%	11.936	15.841
mai/22	IPCA + 8,66%	14.153	18.742
abr/23	TJLP + 2,32%	73.807	77.558
abr/25	TJLP + 2,32%	53.355	71.763
		270.124	343.626

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito foram destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da 1ª emissão das debêntures simples, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das debêntures ODTR11 "Sucessora legal".

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia liquidou o montante de R\$ 204.505, sendo R\$ 35.750 de principal e R\$ 168.755 de juros e correção monetária.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 30 de setembro de 2019 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
junho-10	CBAN 1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	804.588	824.364
junho-10	CBAN 2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	755.049	787.825
novembro-13	ODTR11 1ª série	300.000	até outubro-25	IPCA + 6,70%	444.287	-
					2.003.924	1.612.189

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série da CBAN será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, e o pagamento dos juros da ODTR11 será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série CBAN	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série CBAN	(ii)	Datas de Amortização da Primeira Série ODTR11	(iii)
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%	outubro de 2025	100,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%		
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%		
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%		
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%		
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%		

- (i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado;
- (iii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures ODTR11 da primeira série a ser amortizado.

Notas Explicativas

c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	20.613	670	21.283	26.552
(-) Amortizações	(4.703)	(215)	(4.918)	(5.269)
Assunção custo de transação Debêntures ODTR11 (i)	8.655	-	8.655	-
Saldo no final do período / exercício	24.565	455	25.020	21.283

(i) Assunção do custo de transação das Debêntures ODTR11.

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2019	7.593	213	7.806
2020	6.683	138	6.821
2021	5.649	72	5.721
2022	3.599	21	3.620
2023	1.041	9	1.050
2024 em diante	-	2	2
	24.565	455	25.020

d) Prazo de vencimento

O montante das operações das Debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2020	7.288	210.859
2021	267.683	272.774
2022	367.478	374.095
2023	368.875	374.686
2024 em diante	925.516	453.355
	1.936.840	1.685.769

e) Movimentação

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no final do exercício	1.934.532	2.024.135
Pagamentos de financiamentos e debêntures	(109.539)	(129.681)
Juros e correções provisionados	186.451	239.781
Juros pagos	(191.627)	(204.974)
Assunção Debêntures ODTR11	424.296	-
Amortização do custo de transação	4.915	5.271
Saldo final do exercício	2.249.028	1.934.532

f) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela concessionária são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da CBAN e o BNDES. Adicionalmente, tais garantias foram também concedidas aos debenturistas da ODTR, sob condição suspensiva, que somente serão aplicáveis e vigentes após a liquidação das debêntures CBAN e do contrato BNDES.

g) Principais compromissos assumidos ("Covenants")

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

16. Arrendamento mercantil

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial	477	1.067	1.571	3.115
Adições	24	25.425	-	25.449
Baixas	(90)	(5.292)	(589)	(5.971)
Apropriação de juros	29	1.098	87	1.214
Saldo em 30 de setembro de 2019	440	22.298	1.069	23.807
Passivo circulante	106	9.043	755	9.904
Passivo não circulante	334	13.255	314	13.903

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9%. A taxa corresponde ao custo médio de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada de 2018.

17. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos do período findo em 30 de setembro de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos			Transações		
	Ativo		Passivo	Resultado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	90	-	595	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") (iii)	3	65	-	2.840	-	-
Odebrecht Transport S.A. ("OTP") (i)	-	-	-	-	-	20.653
Vexty Previdência ("Vexty") (iv)	-	121	-	-	353	-
Em 30 de setembro de 2019	3	276	-	3.435	353	20.653
Em 31 de dezembro de 2018	445	159	403.643	4.022	373	62.713

(i) Odebrecht Transport S.A.

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Mútuo OTP (a)	-	412.776
Custos de transação (b)	-	(9.133)
	-	403.643

- (a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 27 de maio de 2019, pela assunção das obrigações das debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A. ("OTP") e a Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 20.653, referente a juros, correções monetárias e custos de transação sobre mútuo;

- (b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo. Em 27 de maio de 2019, o saldo a amortizar foi transferido para custo de transação com debêntures.

(ii) Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta o montante de R\$ 90 a pagar junto a CNO, referente a prestação de serviços de Consultoria de TI.

O montante de R\$ 595 refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO.

Notas Explicativas

(iii) Odebrecht Rodovias S.A.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta o montante de R\$ 65 a pagar para ODBVias, referente ao rateio das despesas com serviços compartilhados do CSC prestados até julho de 2019.

O montante de R\$ 2.840, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio administrativo-financeiro). Em 01 de julho de 2019, os integrantes que desenvolviam essas atividades no CSC da ODBVias foram transferidos para a Companhia e os repasses de custo deixaram de existir.

(iv) Vexty Previdência

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta o montante a pagar de R\$ 121 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 98), referente ao plano de previdência complementar.

O montante de R\$ 353, refere-se a despesa com plano de previdência complementar do período findo em 30 de setembro de 2019 e de R\$ 373 em 31 de dezembro de 2018.

(v) Fundo de Investimento de Direito Creditórios (“FIDC”)

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 12.224, referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB conforme mencionado na nota 7.

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2019 e 2018, totalizou os montantes de R\$ 2.199 e R\$ 1.211, respectivamente.

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Salários	1.717	978
Encargos	348	158
Previdência complementar	113	60
Outros	21	15
	2.199	1.211

18. Contingências e provisões para causas judiciais

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Contingências tributárias	Saldo final
Saldo em 31 de dezembro de 2018	989	3.320	1.764	6.073
Constituição	796	2.246	945	3.987
Reversão	(927)	(1.431)	-	(2.358)
Saldo em 30 de setembro de 2019	858	4.135	2.709	7.702

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contingências trabalhistas e previdenciárias	10.720	4.463
Reclamações cíveis	10.440	63.759
Contingências tributárias	71.172	39.835
	92.332	108.057

Notas Explicativas

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a:

Processos tributários

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2019, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht Transport Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

A Companhia apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na nota 10.

19. Provisão para conserva especial

a) Composição

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Provisão de conserva especial	34.414	31.329
	34.414	31.329

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2018	31.329
Constituição/reversão de provisão de AVP	603
Constituição conserva especial	24.465
Baixa de conserva especial	(21.983)
Saldo em 30 de setembro de 2019	34.414

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 34.414 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 31.329) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa de 6,5% com base na projeção de mercado do CDI, e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

20. Antecipações de direitos a faturar

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	60.000
	60.000	60.000

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 60.000 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 60.000) referente à Antecipação de Direitos a Faturar a "XPCE VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados", referente à operação que consiste na aquisição de direitos creditórios decorrentes de ações judiciais que a Companhia possui contra companhias de distribuição de energia e de abastecimento de água pela utilização de faixa de domínio localizada às margens da Rodovia Dom Pedro I. A compradora dos direitos creditórios possui a opção de venda para a Companhia no caso de insucesso destas ações, no entanto, a Companhia considera esta opção com baixa probabilidade de êxito, pois todas as ações são avaliadas como prováveis ou possíveis de sucesso. Em contrapartida, a Companhia tem a opção de recomprar estes direitos creditórios após 30 meses.

Notas Explicativas

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

Em 27 de maio de 2019 a controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias"), alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento constituído no Brasil que é gerido pela Farallon Capital Management LLC e Mubadala Investment Company.

Acionistas	Números de ações em unidades					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	n° ações	%	n° ações	%	n° ações	%
SCP 1355 Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	236.640	85%	236.640	85%	473.279	85%
OTP CRB Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	41.760	15%	41.760	15%	83.520	15%
	278.400	100%	278.400	100%	556.799	100%

22. Receita líquida

- (i) No período findo em 30 de setembro de 2019 e de 2018, a Companhia reconheceu R\$ 169.461 e R\$ 131.560, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018
Receitas em numerário	45.817	134.367	45.898	133.121
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	125.008	350.403	113.045	325.091
Receitas de vale pedágio (iii)	12.018	33.351	10.906	29.375
Receitas acessórias	4.780	11.876	4.792	17.169
Receita de operação	187.623	529.997	174.641	504.756
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	79.477	169.461	43.718	131.560
Receita total	267.100	699.458	218.359	636.316
Tributos sobre serviços de operação	(15.887)	(45.114)	(15.044)	(43.625)
	251.213	654.344	203.315	592.691

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;

- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

23. Custos dos serviços

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018
Depreciação e amortização	(45.135)	(128.649)	(42.036)	(126.665)
Salários e encargos	(8.594)	(24.107)	(8.259)	(23.328)
Gastos gerais	(789)	(3.001)	(1.159)	(3.863)
Serviços de terceiros	(3.408)	(12.618)	(5.064)	(17.252)
Seguros	(1.448)	(4.571)	(1.578)	(4.817)
Outorga variável	(2.819)	(7.959)	(2.625)	(7.577)
Provisão para conserva especial	(6.935)	(22.447)	(6.906)	(26.094)
Materiais	(2.083)	(6.134)	(1.717)	(6.349)
	(71.211)	(209.486)	(69.344)	(215.945)
Custo de construção ICPC 01-R1	(78.682)	(167.766)	(43.281)	(130.244)
	(149.893)	(377.252)	(112.625)	(346.189)

Notas Explicativas

24. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018
Salários e encargos	(3.319)	(8.237)	(2.720)	(7.648)
Serviços de terceiros	(1.555)	(6.287)	(2.105)	(6.272)
Depreciação e amortização	(40)	(116)	(36)	(112)
Materiais e equipamentos	(204)	(532)	(128)	(336)
Despesa com veículos	(53)	(197)	(139)	(275)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(213)	(594)	(196)	(532)
Despesas com viagens	(14)	(19)	(3)	(16)
Provisão para contingências	310	(1.629)	(140)	(4.578)
Gastos gerais	(872)	(2.755)	(300)	(1.241)
	(5.960)	(20.366)	(5.767)	(21.010)

25. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(5.614)	(18.666)	(7.319)	(23.591)
Juros sobre mútuos	-	(11.174)	(7.262)	(20.483)
Juros sobre debêntures	(44.923)	(119.774)	(37.457)	(109.414)
Custos de transação	(4.007)	(7.592)	(1.625)	(8.848)
Arrendamento mercantil operacional	(544)	(1.214)	-	-
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(6.181)	(57.010)	(26.119)	(64.267)
Ajuste a valor presente	(936)	(2.621)	(626)	(1.779)
Outras	(1.443)	(11.605)	(3.557)	(5.849)
	(63.648)	(229.656)	(83.965)	(234.231)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	4.345	15.251	6.126	20.743
Outras	2.006	4.646	623	736
	6.351	19.897	6.749	21.479
Resultado financeiro, líquido	(57.297)	(209.759)	(77.216)	(212.752)

26. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018
Resultado antes dos impostos	38.343	51.550	7.846	12.865
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(13.037)	(17.527)	(2.668)	(4.374)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	84	(15)	(36)	(46)
Outros	-	-	(95)	190
Efeito IR e CSLL no resultado	(12.953)	(17.542)	(2.799)	(4.230)
IR e CSLL corrente	(3.924)	(3.924)	568	(1.074)
IR e CSLL diferido	(9.029)	(13.618)	(3.367)	(3.156)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	(12.953)	(17.542)	(2.799)	(4.230)

Notas Explicativas

27. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 30 de setembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores	(12.989)	(39.995)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(12.989)	(39.995)
Adições de ativo intangível	12.989	39.995
Adições de direito de uso	(25.449)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(12.460)	39.995
Mútuos - partes relacionadas (i)	(424.295)	-
Debêntures ODTR11 (i)	424.295	-
Adições de arrendamento operacional	25.449	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	25.449	-

- (i) Em 27 de maio de 2019, pela assunção das obrigações das debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A. ("OTP") e a Companhia.

28. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	200.053
Seguro Garantia Judicial	2.923
Risco operacional	400.000
Responsabilidade Civil	130.000
Equipamentos Móveis	608
Risco de Engenharia	323.683

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

29. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2019	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018
Lucro (prejuízo) do exercício	25.390	34.008	5.047	8.635
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	45.60	61.08	9.06	15.51

Notas Explicativas

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

30. Eventos subsequentes

Em 15 de outubro de 2019, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 5.363, sendo R\$ 4.347 de principal, R\$ 1.016 de juros e correções monetárias e realizou o pagamento de juros das Debêntures ODTR11, no montante de R\$ 27.951.

Em 15 de outubro de 2019, a Companhia divulgou junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o Avido ao Mercado e o Prospecto Preliminar da oferta pública de distribuição da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real de penhor de 3º grau, emitidas em até sete séries, da Companhia ("Emissão"), realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 400 e da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, perfazendo o montante total inicialmente de até R\$ 2.430.000.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2019 e conforme fato relevante divulgado em 29 de agosto de 2019, os administradores da Companhia optaram por descontinuar a divulgação de projeções financeiras, tendo em vista a necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de projeções financeiras com os procedimentos adotados por seus auditores independentes e demais consultores e intermediários no contexto de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia no Brasil.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao período findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, a Companhia procedeu reclassificação de determinados valores, anteriormente classificados na rubrica de ativo intangível, para rubrica de ativos de contrato, ambos no Ativo não Circulante, visando permitir comparabilidade e adequar a contabilização de determinadas obras em andamento ao CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e ICPC 01 – Contrato de Concessão. Como consequência, os valores correspondentes das rubricas de intangível e ativo de contrato, classificados no Ativo não circulante, foram reclassificados entre as referidas rubricas, conforme determina os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias das Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2019

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Itatiba, 30 de outubro de 2019.

Douglas Longhi	Herbert Adriano Quirino dos Santos
Diretor - Presidente	Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Itatiba, 30 de outubro de 2019.

Douglas Longhi

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Diretor - Presidente

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.